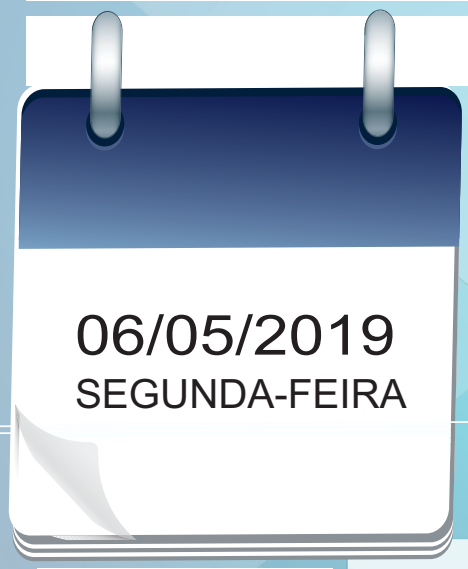
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O HOJE

Goinfra terá R$ 71,8 mi para malha viária

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) terá recursos adicionais em seu cofre da ordem de R$ 71,8 milhões. O projeto que o governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou à Assembleia Legislativa já foi aprovado na Comissão Mista, e deve ir ao plenário já na próxima semana.

Segundo Caiado, a proposição foi elaborada por solicitação da GOINFRA, encaminhada à Secretaria de Estado da Economia. Na justificativa, a titular da pasta, Cristiane Schmidt, fala da necessidade da abertura dos créditos especiais se justifica pela ausência no orçamento setorial da Agência, visando construções rodoviárias.

"Salientamos que a referida despesa será realizada por meio de operações de crédito firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal (CEF). O pleito viabilizar-se-á a conta de recursos decorrentes de produto de operações de crédito autorizadas".

A secretária argumenta ainda que a medida prevista no projeto "é perfeitamente compatível com a legislação orçamentária hoje vigente no Estado de Goiás".

Após a abertura dos créditos especiais autorizados, conforme o texto do projeto, fica autorizada a sua suplementação desde que a respectiva indicação de recurso seja proveniente da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

O POPULAR

Um terço dos cursos está ameaçado

UEG Relatório de reestruturação da universidade propõe rediscussão da existência de 15 câmpus. Ele será avaliado pelo conselho universitário

Galtiery Rodrigues
galtiery.rodrigues@opopular.com.br

A Comissão de Redesenho da Universidade Estadual de Goiás (UEG) entregou na quinta-feira (2) o relatório final que sugere quais cursos e câmpus devem ter a permanência rediscutida. Ao todo, 15 unidades e 57 cursos em funcionamento hoje no Estado terão o funcionamento analisado pela comunidade universitária e pelo conselho da UEG. A reestruturação da universidade atende um anseio antigo de redução e otimização dos gastos. Para ter efeito no orçamento do próximo ano, a intenção é que o veredicto seja dado até a publicação do edital do vestibular de 2020, o que geralmente ocorre entre agosto e setembro.

Os trabalhos da comissão foram iniciados em fevereiro deste ano. A constituição dela foi feita pelo então reitor Haroldo Reimer, que pediu renúncia do cargo no mês passado. O pró-reitor de planejamento, professor Márcio Dourado, foi um dos nove integrantes escolhidos. Ele conta que a UEG tem hoje cerca de 150 cursos. Caso os 57 sugeridos pelo relatório tenham o funcionamento finalizado, isto significa dizer que mais de um terço do que funciona hoje está com o futuro ameaçado. "O relatório agora passará por apreciação do conselho universitário. Ele pode ser acatado integralmente, parcialmente e até ser rejeitado", conta Dourado.

Para selecionar os casos passíveis de reavaliação da continuidade, a comissão estipulou critérios de análise para os cursos e para os câmpus *(veja quadro)*. Em primeiro estudo, os integrantes relacionaram os cursos que não deveriam retornar por estarem suspensos, depois de obterem nota mínima no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Em seguida, aplicou-se a análise do critério que limita em sete a quantidade máxima de um mesmo curso na UEG. Pedagogia, por exemplo, é ofertado em 17 unidades. Ao mesmo tempo, esta regra estipula que um mesmo curso deve ser ofertado apenas uma vez por regional.

A primeira parte da avaliação, restrita aos cursos, concluiu que 30 deveriam ser extintos. Em seguida, passou-se a aplicar os critérios de análise aos câmpus. Os integrantes da comissão relacionaram as unidades que não possuem sede própria, que têm menos de três cursos funcionando, menos de 25% de professores efetivos e municípios com população pequena e, portanto, demanda reduzida. As unidades que foram citadas em pelo menos dois destes tópicos entraram na relação das que devem ter a permanência rediscutida. Somando, portanto, os 15 câmpus selecionados e os 30 cursos enumerados na primeira parte da análise, chega-se ao impacto total de reavaliação de 57 cursos.

"A universidade é um corpo em transformação e, por assim ser, sempre precisa se adequar às necessidades. Hoje, (a reestruturação) é algo que se tem colocado assim: as despesas tendem a crescer e, há algum tempo, a universidade demanda um olhar para dentro de si", afirma Márcio Dourado. O impacto financeiro do redesenho da UEG não foi calculado, segundo ele. A comissão não trabalhou com uma meta de economia ou um número específico, porque, na visão dos integrantes, seria uma análise perversa. Os critérios foram aplicados tecnicamente. "Não houve casuísmos, nem pessoalidades", diz ele.

Proposta de reestruturação

Relatório final da Comissão de Redesenho da estrutura da UEG propõe a rediscussão sobre a existência de 15 câmpus universitários e 57 cursos

CRITÉRIOS ANALISADOS

PARA OS CURSOS

1 Segundo o critério ***"Não retorno de cursos que estão suspensos devido à nota 1 (CPC/Enade)"***, estariam ameaçados os seguintes cursos:

- **Letras:** Câmpus de Jussara
- **Matemática:** Câmpus de Jussara
- **Geografia:** Câmpus de Pires do Rio
- **Letras:** Câmpus de Morrinhos
- **Letras:** Câmpus de São Miguel do Araguaia

2 Segundo o critério ***"Estabelecimento de número máximo de um mesmo curso na UEG (no máximo sete cursos e máximo de um por regional)"***, foi feita a seguinte análise:

- **Letras:** 15 cursos
- **História:** 11 cursos
- **Matemática:** 10 cursos
- **Geografia:** 10 cursos
- **Pedagogia:** 17 cursos
- **Administração:** 11 cursos
- **Sistemas de Informação:** 8 cursos

Diante disso, os cursos que estariam ameaçados e deveriam ter permanência rediscutida são:

- **1: Letras** - Morrinhos
- **2: Letras** - Campos Belos
- **3: Letras** - Posse
- **4: Letras** - Itapuranga
- **5: Letras** - Jussara
- **6: Letras** - São Miguel do Araguaia
- **7: Letras** - São Luís de Montes Belos
- **8: História** - Pires do Rio
- **9: História** - Itapuranga
- **10: História** - Goianésia
- **11: História** - Uruaçu
- **12: Matemática** - Posse
- **13: Matemática** - Jussara
- **14: Matemática** - Santa Helena
- **15: Geografia** - Itapuranga
- **16: Geografia** - Pires do Rio
- **17: Geografia** - Minaçu
- **18: Pedagogia** - Silvânia (em processo de extinção)
- **19: Pedagogia** - Jaraguá
- **20: Pedagogia** - Campos Belos
- **21: Pedagogia** - Luziânia
- **22: Pedagogia** - Jussara (em processo de extinção)
- **23: Pedagogia** - Itaberaí
- **24: Pedagogia** - Minaçu
- **25: Pedagogia** - Crixás
- **26: Pedagogia** - São Miguel do Araguaia
- **27: Administração de Empresas** - Silvânia
- **28: Administração de Empresas** - Edéia
- **29: Sistemas de Informação** - Goianésia
- **30: Sistemas de Informação** - Ceres

PARA OS CÂMPUS

1 Sem Sede Própria

Jataí, Niquelândia, São Miguel do Araguaia e Senador Canedo.

2 Menos de três cursos por campus

Campos Belos, Ceres, Crixás, Edéia, Goianésia, Laranjeiras, Itaberaí, Itapuranga, Jaraguá, Jataí, Jussara, Luziânia, Minaçu, Mineiros, Niquelândia, Pirenópolis, Posse, Sanclerlândia, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo, Silvânia e Trindade.

3 Menos de 25% de professores efetivos

Crixás (0%), Edeia (14%), Mineiros (15%), Goianésia (17%), Pirenópolis (18%), Campos Belos (20%), Sanclerlândia (20%), Niquelândia (23%) e São Miguel do Araguaia (24%).

4 Municípios com menores populações

Sanclerlândia, Edeia, Crixás, Jussara, Campos Belos, Silvânia, São Miguel do Araguaia, Pirenópolis e Itapuranga.

RESULTADO

Câmpus citados em pelo menos dois critérios foram apontados para terem a existência rediscutida. São eles:

15 Câmpus São Miguel do Araguaia, Campos Belos, Crixás, Edéia, Niquelândia, Pirenópolis, Sanclerlândia, Goianésia, Itapuranga, Jataí, Jussara, Mineiros, Senador Canedo, Silvânia e Minaçu (este entrou porque todos os cursos foram citados para ter a permanência rediscutida).

O impacto da extinção de 15 câmpus e mais 30 cursos resultaria no fim de 57 cursos, ao todo

Fonte: Relatório da Comissão de Redesenho da UEG

Mudança da demanda em duas décadas de existência

O POPULAR

Mudança da demanda em duas décadas de existência

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) completa 20 anos este anos. Em duas décadas, a transformação foi brusca no que se refere à demanda por determinados cursos, especialmente os de licenciatura. A maioria do que constam na lista do que terão a permanência e continuidade rediscutidas são desse perfil. O pró-reitor de Planejamento da Universidade, Márcio Dourado, cita que metade dos cursos existentes hoje na UEG é de licenciatura. O contexto atual, segundo ele, se difere do que era realidade há duas décadas. "Houve uma redução considerável da demanda, visto que a demanda inicial era porque os professores da rede estadual não tinham graduação. Tivemos um auge da licenciatura, com a criação do programa Licenciatura Parcelada, que formou a maioria dos professores que trabalham na rede estadual, mas hoje o cenário é outro", diz. Nos últimos vestibulares, a administração da universidade tentou conter o funcionamento de cursos com quantidade mínima de alunos. A regra que passou a implantada nos editais dos vestibulares para sanar o problema foi a de que cursos que tivessem menos de 1,2 candidatos inscritos por vaga não teriam a concorrência aberta no vestibular. "Hoje não se pode falar que tem um mínimo, porque essa mudança foi aplicada, justamente para a gente pegar e aplicar melhor o dinheiro que nos é passado para investir na universidade. Passamos a trabalhar com demanda efetiva", conta Márcio. No relatório entregue pela comissão de redesenho da estrutura da universidade, é relatado que a necessidade atual se deve à existência de problemas acadêmicos internos que, frente ao contexto nacional e estadual de limitações orçamentárias e financeiras, exigem da administração modelos mais funcionais.

GIRO



Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Situação fiscal

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, estará em Goiânia na quarta-feira. Participará de seminário organizado pela Secretaria de Economia sobre o "papel dos três Poderes para assegurar o cumprimento da LRF." Evento contará também com Fabio Giambiagi, do BNDES, além de procuradores do TCE e TCU.